

A Leitura no Planejamento Escolar

*Vera Teixeira de Aguiar**

Já é consenso delegar-se ao ensino de Língua Portuguesa no 1º grau o desenvolvimento das habilidades de ouvir, falar, ler e escrever. A leitura é, portanto, um dos focos de atenção do planejamento escolar. A atividade de ler está diretamente vinculada à escola, principalmente se considerarmos que o ingresso da criança na instituição de ensino tem, como objetivo primeiro, a aprendizagem da leitura.

Um trabalho que pesquisa o espaço ocupado pela leitura no planejamento escolar visa, sobretudo, a verificar como a mesma é definida pela rede de ensino, que dita as normas curriculares oficiais, e qual a real importância a ela atribuída. Para a realização da investigação, foram consultados trinta e seis documentos publicados entre 1972 e 1981, pelas Secretarias de Educação de dezenove Estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. O acervo analisado constitui-se das diretrizes curriculares para o ensino de Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa no 1º grau dos Estados citados, de 1ª à 8ª séries, deixando-se de examinar, entretanto, as orientações específicas para a alfabetização. O foco da pesquisa dirige-se para as etapas subseqüentes, cobrindo os períodos de fixação e desenvolvimento da leitura, quando a criança já está de posse do código escrito. Acrescente-se o fato de que o estudo é sincrônico, na medida em que se ocupa das normas em vigor a partir da Lei 5692/71, que instituiu a Reforma de Ensino no Brasil.

Todos os textos examinados referem-se, constantemente, ao ato de ler com um dos pólos de atenção do ensino. No entanto, em publicações de apenas seis Estados (cerca de 30% do total analisado) encontram-se

* Professora do Curso de Pós-Graduação em Letras e pesquisadora do Centro de Pesquisas Literárias da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul.

definições explícitas de leitura. Essa ausência de definição revela falta de preocupação com o objeto em estudo, quer pela familiaridade que ele apresenta, quer pela falta de distanciamento crítico. Por outro lado, quando definida, a leitura significa:

- decodificação de sinais gráficos;
- interpretação de idéias, de acordo com a vivência e a afetividade do leitor;
- recepção de mensagens;
- documento histórico-social.

A maior incidência de referências define a leitura como uma relação entre o sinal gráfico e o significado, atendo-se, portanto, ao primeiro nível da operação, sem questionar o problema da significação no contexto do jogo comunicativo. As menções à atividade do leitor e sua inserção no mundo sugerem uma sociedade “concebida como a harmoniosa união dos indivíduos sob a ação ao mesmo tempo ecumênica e coercitiva dos fatos sociais” (1), um grupo unificado em torno dos mesmos valores, os quais devem ser passados a todos os alunos, uniformemente. Nenhum indicador aponta para as desigualdades, os conflitos e as lutas de classes que se cruzam e promovem as transformações. O indivíduo é muito mais um receptor do patrimônio comum do que um agente do fazer social. Por isso mesmo, o elenco que tem pela frente constitui-se de material letrado (livros, revistas, jornais, cartazes e outros trabalhos impressos), isto é, a leitura é entendida como leitura do texto escrito e não, como quer Paulo Freire, como “leitura do mundo” (2), em que a noção do texto se aplica para abarcar a realidade, o contexto em que se insere o sujeito. Atribuir ao ato de ler a percepção da inteligência do mundo, antes da pura decodificação da palavra escrita, é recolher todos os sentidos circulantes, como representações das diversas posições sociais com as quais o indivíduo entra em contato, assimilando-os, ampliando-os ou rejeitando-os e propondo novos sentidos. Entretanto, ao privilegiarem as várias modalidades de textos escritos, as normas oficiais estão elegendo o acervo cultural das classes dominantes como aquele que deve ser imposto a todos, indiferentemente.

A importância da leitura é referida nas diretrizes de nove Estados (47% do total examinado), em vinte e seis alusões, que delimitam as diferentes áreas beneficiadas pela mesma e que podem ser categori-

zadas, por ordem de frequência, como: atuação social, comunicação, formação individual, desempenho verbal oral e, vagamente, grandes objetivos da educação.

Segundo os instrumentos, o ato de ler contribui, principalmente, para a valorização da atuação social do sujeito, fornecendo-lhe condições para o exercício consciente da cidadania e servindo de instrumento de ajustamento e sucesso profissional, individual e social, chegando a propiciar ao leitor o desenvolvimento de sentimentos de confiança em si, quando prende a atenção do auditório com aquilo que lê. A leitura é associada, assim, aos valores que sustentam a burguesia, enfeixados, todos eles, no ideal de ascensão social. Como grande número do virtual público leitor vem das camadas pobres da população, cuja preocupação maior é a sobrevivência, seu desencanto com a leitura é garantido. A rotina escolar, daí decorrente, orientada para interesses, valores e aspirações da classe média, vai afastar os menos favorecidos dos textos.

A leitura é entendida, também, como um instrumento de comunicação. No entanto, ela não pode ser pensada de forma pragmática, como um meio para se atingir determinado fim, como uma postura simplesmente receptiva às mensagens do autor. O intercâmbio comunicativo supõe apropriação dos sentidos postos em trânsito na sociedade, “um circuito intra, inter ou transpessoal, sistêmico e carregado de intenções e pressuposições, em que os participantes atuam uns sobre os outros”(3). Ora, relacionando-se com as demais assertivas dos currículos, pode-se assegurar que os mesmos, quase unanimemente, não abrangem a amplitude do conceito. O leitor não é entendido como uma categoria ativa no processo de comunicação, em relação dialógica com o texto, decifrando o código e preenchendo os vazios textuais, constituindo sentidos que o problematizem e o induzam a um posicionamento (4).

O ato de ler é ressaltado, ainda, como um instrumento para a formação integral do homem, produzindo modificações em seu comportamento, através do enriquecimento promovido por novas experiências, desenvolvimento da imaginação e formação de atitudes. Acrescente-se o caráter moral da leitura e sua capacidade de servir de consolo, otimismo e incentivo à luta. A valorização, pois, do papel da leitura como tributo à afirmação pessoal esbarra na preocupação moralizante, que evidencia tendência a aprisionar o sujeito aos padrões estabelecidos pela sociedade, em vez de incentivá-lo ao questionamento e à elaboração de valores.

Outro aspecto salientado pelos documentos é a importância da leitura como forma de recreação do espírito. Distingue-se texto recreativo (poético ou ficcional) de texto informativo. Deve-se estar atento, todavia, ao desdobramento maniqueísta entre prazer e aquisição de conhecimentos, entre lazer e trabalho. Toda a ação humana é movida por um interesse e gera um produto em proveito daquele que age. Nenhuma leitura é, portanto, descartável, pois a literatura não se desfaz na última palavra, mas permanece como vivência para quem lê. Como representação simbólica do mundo, “nasce da experiência que o escritor tem de uma realidade histórica e social muito bem delimitada, universo que autor e leitor compartilham, a partir da criação do primeiro e da recriação do segundo” (5). O diálogo com o texto literário tem, como dividendo final, a ampliação ao horizonte cultural do leitor.

Para os elaboradores das diretrizes, são dignos de menção os efeitos da leitura oral, que alcançam o desempenho verbal, quando favorecem a pronúncia correta das palavras, a boa articulação, a entoação, o timbre de voz adequado. Contudo, toda a execução oral permite o desenvolvimento dos aspectos citados. Então, outras práticas menos formais talvez sejam mais eficazes. Se a sala de aula for o espaço livre para os jogos, os relatos e os debates, em que todos se expressam e trocam idéias, o aprimoramento da consecução oral da linguagem será maior. As situações criadas a partir das necessidades e imposições do grupo, respondendo a uma realidade, em vez de se constituírem em exercícios artificiais e mecânicos.

Quando, finalmente, confere-se à leitura a tarefa de contribuir para a efetivação dos grandes objetivos educacionais, evidencia-se a intenção das normas oficiais. A indefinição dos objetivos, longe de ocultar, torna clara a visão de educação e o tipo de homem que o ensino público pretende formar. O ato de ler é associado a um projeto individualista e abstrato de formação e atuação social do sujeito, “tornando desse modo ainda mais difícil superar a atrofia do compromisso coletivo” (6). Por isso mesmo, a leitura resulta numa postura passiva, quando entendida como processo de comunicação, forma de recreação e exercício de linguagem oral. A política educacional que se desenha cobra do novo leitor a capacidade de aceitação e reprodução das idéias emanadas dos textos. Porque essas idéias visam a legitimar as classes que detêm o poder, são entendidas como universais e inquestionáveis. O leitor é o receptáculo dos valores dominantes, que ele deve assimilar e divulgar.

O material de leitura vai incentivar a marcha das idéias de ascensão da burguesia, ficando alheio às questões reais, aos temas de sobrevivência e da luta pelo trabalho, que fazem o dia-a-dia da maioria dos leitores em potencial.

Todas as vantagens da leitura atingem o aluno considerado individualmente, em relação unilateral com sua comunidade. No entanto, a vida social é um contínuo sistema de trocas significativas, em que o texto “é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado” (7). Ao não levar em conta as múltiplas inter-relações sociais que promovem o intercâmbio de idéias e levam à transformação, as diretrizes comprometem-se com um programa de manutenção e conservação do modelo social vigente.

Notas

- (1) CALVET, Louis-Jean. *Saussure: pró e contra*. Para uma lingüística social. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 67.
- (2) FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo, Cortez, 1982. p. 11.
- (3) AGUIAR, Vera Teixeira de. BORDINI, Maria da Glória. Propostas metodológicas para o ensino de língua e literatura. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, 16(53):33.
- (4) ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.
- (5) LAJOLO, Maria. *Que é literatura*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.65.
- (6) APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 21.
- (7) BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979. p. 109.